

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE¹

Amanda Dambros Bianchi²

RESUMO

O trabalho procura analisar a responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, levando em consideração o grande desenvolvimento do mundo (indústrias, cidades, tecnologia), que cresce de forma acelerada, e o “abuso” na utilização de recursos naturais que, em desfavor da coletividade e do meio ambiente, só tendem a aumentar, fato que torna necessária uma forma de responsabilização. O trabalho ainda apresenta a conceituação do que de fato é o meio ambiente, com a classificação e as características. Em concordância com a Constituição Federal, identifica os princípios ambientais. Explica de que forma se configura o dano e as maneiras de reparação. Aborda de modo geral a responsabilidade civil, e diferencia as duas formas de responsabilidade: subjetiva e objetiva. Na responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, demonstra-se sua natureza jurídica, bem como os princípios, as cláusulas excludentes de responsabilidade e, por fim, a identificação do responsável.

Palavras-chave: Meio ambiente. Danos. Responsabilidade civil. Responsabilidade objetiva.

ABSTRACT

The term paper aims to analyze the civil accountability for damages caused to the environment, regarding the great and fast development of the world (industries, cities, technology) and the use of natural resources in an abusive way over the collective framework and the environment. This abusive use tends to increase so much that some type of responsibility and accountability become necessary. It also presents the concepts of environment and what in fact it is, showing its classification and characteristics. The present term identifies some environmental principles according to Brazilian Federal Constitution and explains how the damage takes form and some ways to repair it. The civil responsibility and accountability is addressed in a general way and its two forms are presented: the objective and the subjective. It shows the legal nature of the responsibility and accountability for damages caused to

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito na Faculdade Opet, transformado em artigo para publicação na Revista Ânima. Prof^ª. Orientadora: Maria Helena Abdnur Mendes dos Santos

² Graduanda do curso de Direito na Faculdade Opet em dezembro de 2012.

the environment, the principles, the exclusion clause and lastly the identification of the responsible head.

Keywords: Environment. Damage. Civil accountability. Objective accountability.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, de acordo com a Constituição Federal e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), apresentando o importantíssimo papel da sociedade e do Estado face ao assunto, bem como estudar princípios, conceitos e legislação que englobam a responsabilidade civil ambiental.

O fato é que o desenvolvimento do mundo, isso incluindo principalmente o Brasil, tem degradado cada dia mais o meio ambiente por conta de interesses econômicos, tornando todos culpados e ao mesmo tempo vítimas da destruição das riquezas ambientais, o que traz resultados negativos para nossa sobrevivência.

A escolha do tema, além de ser de interesse pessoal, é necessária pelo fato de que toda a sociedade precisa ser consciente ao utilizar os recursos da natureza, e proteger o meio ambiente é de grande importância para toda a coletividade. É preciso garantir um ambiente ecologicamente equilibrado para todas as gerações, tanto as do presente como as do futuro.

A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é objetiva e surge com o intuito de proteger o ambiente. O poluidor deve reparar o dano que causou, independentemente de comprovar sua culpa.

O desenvolvimento da presente monografia é dividido em três capítulos. O primeiro refere-se ao direito ambiental, bem como sua conceituação, e aborda os princípios ambientais previstos na Constituição Federal. O segundo capítulo aborda conceitos sobre o dano ambiental e suas formas de reparação por meio de responsabilidades administrativa, penal, e civil.

No terceiro e último capítulo apresenta-se o conceito de responsabilidade civil com relação a danos causados ao meio ambiente. Procura-se ainda especificar as formas de responsabilidade por poluição e atividades nucleares. Explica-se a teoria do risco, embasada na culpa para garantir ressarcimento de danos. Identificam-se também as cláusulas excludentes do direito ambiental, bem como identifica-se quem será responsabilizado.

2 DIREITO AMBIENTAL

2.1 CONCEITUAÇÃO DE MEIO AMBIENTE

Ao conceito de meio ambiente, vários doutrinadores atribuem o mesmo significado: conjunto natural, artificial e cultural, compreendendo tudo que envolve a vida da sociedade.³

³SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 8. ed. São Paulo: Medeiros, 2010, p. 17.

A expressão meio ambiente foi definida amplamente pela Lei nº 9.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) no artigo 3º, inciso I, estendendo o conceito de natureza como um todo indivisível.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

Ao conceito atribuído pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Constituição Federal de 1988 acrescentou novos aspectos e elementos envolvidos no tema, não tutelando apenas o meio ambiente natural, mas também o artificial, o cultural e o do trabalho.

2.1.1 Meio ambiente natural ou físico

O Meio Ambiente natural ou físico consiste em elementos da biosfera, previstos no *caput* do artigo 225 da Constituição Federal e no §1º, I, III, VII.⁴

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Portanto, fazem parte do ecossistema: ar, água, solo, flora e fauna. Esses elementos são necessários para a sobrevivência de todos os seres vivos.

2.1.2 Meio ambiente artificial

O meio ambiente artificial é formado pelo conjunto de edifícios, ruas, praças, espaços livres e verdes.⁵ Vários autores denominam o ambiente artificial como

⁴FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

⁵SILVA, 2010, p. 19.

“equipamentos públicos”, também chamados de “logradouros públicos”, que correspondem às construções que podem ser em espaços abertos, semiabertos ou fechados, e são de uso comum do povo.

A forma artificial altera gradativamente o ambiente natural, pois todas as construções e os espaços urbanos criados pelo homem utilizam recursos naturais. Contudo, políticas ambientais devem regular e coibir isso, para que o ambiente artificial seja utilizado para proporcionar saúde e bem-estar a todos os seres vivos.⁶

O patrimônio ambiental artificial é formado por grandes centros, onde se concentra a espécie humana. É o seu ecossistema, mesmo de maneira artificial, tornando-se o local em que sobrevive e se desenvolve. Existem duas formas de patrimônio ambiental artificial: típico e atípico. O típico refere-se ao espaço urbano, o local onde a sociedade vive. Já o patrimônio atípico diz respeito às realizações físicas e materiais construídas pelos homens.⁷

De qualquer maneira, é importante deixar claro que o patrimônio ambiental, típico ou atípico, deve procurar ser saudável, tendo melhor aproveitamento de todos os recursos e espaços naturais, evitando toda e qualquer forma de degradação e desgaste ambiental.

2.1.3 Meio ambiente cultural

O meio ambiente cultural consiste no patrimônio histórico, artístico, paisagístico, ecológico, científico e turístico. São construções que têm grande importância e significado criadas pelo homem⁸, e constitui-se tanto de bens de natureza material, quanto imaterial, conforme conceito previsto no art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Deve ser protegido o ambiente cultural pelo fato de que se trata de um patrimônio, uma identidade, um fato histórico de determinada sociedade.

2.1.4 Meio ambiente do trabalho

O meio ambiente do trabalho refere-se a tudo o que o envolve, como ferramentas, máquinas, agentes químicos, biológicos e físicos, operações, processos. Trata-se da relação entre trabalhador e meio físico.⁹ Deste modo dispõe o art. 200,

⁶MILARÈ, Édis. **Direito do ambiente**. Doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007, p. 271.

⁷Ibid., p. 281.

⁸SILVA, 2010, p. 19.

⁹FIORILLO, 2012, p. 81.

VIII, da Constituição Federal: “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

Esse dispositivo procura proteger a qualidade de vida do trabalhador, ajustando-o à atividade exercida diariamente, com melhores condições de trabalho, além de meio ambiente saudável, limpo e seguro para o trabalhador.

2.2 PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Os princípios ambientais foram citados inicialmente em 1972, na Conferência de Estocolmo. Vinte anos depois foram reafirmados e ampliados no ECO-92, e com o passar do tempo foram adaptados à realidade cultural e social.¹⁰

A criação dos princípios ambientais trouxe como finalidade e expectativa à proteção dos seres vivos, tanto os do presente como as futuras gerações, pois o meio ambiente é de interesse e direito de todos. Por esse motivo, o artigo 225 da Constituição Federal trata esses princípios como direitos fundamentais, uma vez que todos têm direito de viver num ambiente ecologicamente equilibrado.

A doutrina destaca como princípios basilares: desenvolvimento sustentável, poluidor-pagador, participação, prevenção, precaução e responsabilidade, todos previstos no artigo 225 da Constituição Federal.

2.2.1 Princípio do desenvolvimento sustentável

O princípio do desenvolvimento sustentável, previsto no *caput* do artigo 225 da Constituição Federal, prescreve as práticas de desenvolvimento que procuram atender às necessidades atuais e essenciais, sejam elas presentes ou futuras, a fim de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, proporcionar harmonia entre a natureza e a sociedade e procurar reduzir o impacto da atividade econômica no meio ambiente. Esse princípio ainda visa a proteger dois direitos fundamentais: vida saudável e desenvolvimento, conforme discorre Fiorillo.¹¹

Deve-se assegurar a existência por meio da qualidade de vida, com mínimos impactos ambientais e insignificante degradação de recursos naturais. O desenvolvimento sustentável satisfaz aos interesses de todas as gerações e mesmo assim diminui a desigualdade social.

Segundo Fiorillo¹², “o princípio do desenvolvimento sustentável tem conteúdo de manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem, garantindo igualmente relação satisfatória entre homens e destes com o seu ambiente”.

2.2.2 Princípio do poluidor-pagador

Esse princípio também está expresso nos artigos 225, parágrafos 1º e 3º, e 170, VI, da Constituição Federal. De origem econômica, seu objetivo é a preservação do meio ambiente. Impõe que o causador dos danos ambientais arque com despesas, prevenção e reparação.

O princípio do poluidor-pagador está diretamente ligado à solidariedade social e prevenção, com aumento de custos para quem produz e consome grande quantidade de recursos naturais. Isso não quer dizer que a degradação ambiental

¹⁰FIORILLO, 2012, p. 81.

¹¹Id., 2010, p. 85.

¹²FIORILLO, op. cit., p. 85.

tenha um preço, mas, sim, que todos devem preservar o meio ambiente e usar seus recursos de maneira consciente.¹³

Esse princípio também está contido no artigo 4º, VII, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente:

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:
VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Contudo, esse custo faz-se necessário para que todos reflitam sobre a degradação e escassez dos recursos naturais, e, ainda, que o utilizem de maneira moderada, para terem garantido o direito à qualidade do ambiente ecologicamente equilibrado.

2.2.3 Princípio da participação

O princípio da participação envolve o “agir em conjunto”. De acordo com Fiorillo¹⁴, o Poder Público deve promover informação e educação ambiental a toda sociedade. Conforme o artigo 225, §1º, VI, da CF, incumbe ao Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Esse princípio permite que o Estado e a sociedade resolvam problemas relacionados ao meio ambiente juntos, pois ambos são responsáveis pela gestão de interesses da coletividade, e devem buscar maneiras de proteger e melhorar as condições ambientais.¹⁵

2.2.4 Princípio da prevenção

A Declaração do Rio-92 diz:

A fim de conseguir-se um desenvolvimento sustentado e uma qualidade de vida mais elevada para todos os povos, os Estados devem reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis e promover políticas demográficas apropriadas.¹⁶

A prevenção ambiental faz com que a sociedade e o Poder Público tenham como premissa defender e preservar o meio ambiente, a fim de que permaneça ecologicamente equilibrado para todas as gerações. Isso está previsto no artigo 225, §1º, VI, da Constituição Federal, que diz: “Art. 225 [...] IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

¹³MILARÈ, 2007, p. 773.

¹⁴FIORILLO, 2012, p. 87.

¹⁵MILARÈ, 2007, p. 777.

¹⁶Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

Esse princípio acontece quando se impede a degradação ou o dano ambiental. Para que isso ocorra é indispensável a educação ambiental preventiva como medida para se evitar ainda mais danos.¹⁷

2.2.5 Princípio da precaução

A Declaração do Rio deu impulso e destaque internacional a esse princípio:

Com o fim de proteger o meio ambiente, os estados devem aplicar amplamente o critério de precaução conforme as suas capacidades. Quando haja perigo de dano grave ou irreversível, a falta de uma certeza absoluta não deverá ser utilizada para postergar-se a adoção de medidas eficazes em função do custo para impedir a degradação do Meio Ambiente.¹⁸

Conforme analisa Milarè¹⁹, o princípio da precaução é utilizado quando informações e pesquisas científicas não suprem as reais necessidades, ou melhor, ainda não existe conclusão relacionada à proteção ambiental e quanto aos efeitos que a degradação pode gerar no meio ambiente, bem como na saúde de pessoas e/ou animais.

Em casos nos quais há risco de dano ambiental, o causador do dano terá pena severa, conforme artigo 54, §3º, da Lei de Crimes Ambientais:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

§3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

As medidas de precaução devem ser utilizadas para evitar mudanças negativas ao meio ambiente. Ainda que existam estudos científicos não concluídos, *indubio pro natura*, a população deve agir com racionalidade e impedir o dano.²⁰

2.2.6 Princípio da responsabilidade

O princípio da responsabilidade está disposto no parágrafo 3º do artigo 225 da Constituição Federal: “§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, e qualquer pessoa, mesmo que deixe de reparar danos, sofrerá sanções penais e administrativas por todos eles.

¹⁷MILARÈ, op. cit., p. 766.

¹⁸Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

¹⁹MILARÈ, 2007, p. 767.

²⁰Ibid., p. 768.

3 DANO AMBIENTAL

3.1 CONCEITUAÇÃO DE DANO AMBIENTAL

A palavra *dano* refere-se ao descumprimento de uma norma jurídica, uma lesão ao interesse jurídico. Trata-se da modificação do meio ambiente de forma indesejável²¹, ou incompatível com o que prevê o artigo 225 da Constituição Federal, originando consequências negativas ao próprio meio ambiente e à sociedade como um todo.

Morato Leite²² define dano como elemento importantíssimo para uma indenização, afirmando que só com a existência da caracterização do dano será possível uma reparação. Ainda diz a esse respeito: “assim, o dano deve ser visto como pressuposto necessário da obrigação de reparar e, por conseguinte, elemento imprescindível para estabelecer a responsabilidade civil”²³.

O dano ambiental não é expressamente conceituado, porém pode ser compreendido como degradação ambiental e poluição²⁴. Assim dispõe o artigo 3º, II e III, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II – degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente;

Para Morato Leite²⁵, por existir dificuldade em conceituar o meio ambiente, há uma classificação que considera a amplitude do bem jurídico, a reparação e o interesse jurídico (extensão e objetivo). O autor entende que o dano ambiental pode ser compreendido como lesão ocasionada por qualquer pessoa, de forma culposa ou não.

Desse modo, como o dano influencia rigorosamente sobre o ambiente e os elementos que o completam, favorece o prejuízo a toda sociedade, podendo ser material, moral e até mesmo à saúde.²⁶

José Afonso da Silva²⁷ leciona a respeito da interação do conceito com o art. 225, §3º, da Constituição Federal: “§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O dano ambiental subdivide-se em individual e coletivo.²⁸ Porém, para Fiorillo²⁹, existem mais modalidades de dano – o material e o moral –, com fulcro no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, que estabelece:

²¹MORATO LEITE, José Rubens. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo, extrapatrimonial. 2. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 93-94.

²²Ibid., p. 94.

²³MORATO LEITE, loc. cit.

²⁴MILARÈ, 2007, p. 810.

²⁵MORATO LEITE, op. cit., p. 95.

²⁶MILARÈ, 2007, p. 812.

²⁷SILVA, 2010, p. 302.

²⁸MILARÈ, op. cit., p. 812.

²⁹FIORILLO, 2012, p. 111-120.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

A classificação do dano ambiental serve para que pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, independentemente de quem seja o poluidor, sejam responsabilizadas a reparar e indenizar o dano que causaram.

3.1.1 Dano ambiental individual

O dano ambiental individual também pode ser chamado de reflexo ou indireto. Trata-se do dano que afeta a qualidade de um ambiente ecologicamente equilibrado e de interesses patrimoniais ou extrapatrimoniais de outrem, ou melhor, da coletividade.³⁰

Morato Leite³¹ diz a esse respeito:

Não há dúvidas de que esse dano individual pode ser elencado dentro do gênero dano ambiental, levando em consideração que a lesão patrimonial ou extrapatrimonial que sofre o proprietário, em seu bem, ou doença que contrai uma pessoa, inclusive a morte, podem ser oriundas da lesão ambiental.

3.1.2 Dano ambiental coletivo

O dano ambiental coletivo relaciona-se com as grandes catástrofes que ocorrem no mundo em função de alterações no meio ambiente, o que afeta interesses difusos de uma coletividade qualquer. Cabe ao Ministério Público utilizar medidas processuais como forma de reparação e prevenção ao dano ambiental.³²

3.1.3 Dano material ou patrimonial

O dano material ou patrimonial consiste no prejuízo imediato sobre bens patrimoniais de qualquer pessoa, sendo ela pessoa física ou jurídica, mesmo que seja um dano total ou parcial.³³

Segundo Venosa³⁴, “dano patrimonial é aquele suscetível de avaliação pecuniária, podendo ser reparado por reposição em dinheiro, denominador comum da indenização”.

³⁰MORATO LEITE, 2003, p. 138-139.

³¹Ibid., p. 141.

³²MILARÊ, 2007, p. 813.

³³DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: responsabilidade civil. 24. ed. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 61.

³⁴VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 36.

3.1.4 Dano moral ou extrapatrimonial

Nesta modalidade o dano causado tem origens extrapatrimonial e patrimonial. Assim como o dano material pode ser de forma coletiva ou individual, ocorre no dano moral uma diminuição na qualidade de vida da população.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu que o dano moral no âmbito do direito ambiental pode ser indenizado:

DANO MORAL COLETIVO. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO. LEUCOPENIA. DESTINAÇÃO DA IMPORTÂNCIA REFERENTE AO DANO MORAL COLETIVO – FAT E INSTITUIÇÃO DE SAÚDE (LEI Nº 7.347/85, ART. 13): O número de trabalhadores que adquiriu leucopenia no desenvolvimento de suas atividades na recorrida, em contato com benzeno, é assustador. FAT 7.34713. O local de trabalho envolve diretamente manipulação de produtos químicos contendo componente potencialmente tóxico como benzeno, que afetam precisamente a medula óssea e as células do sangue, e, por conseguinte, desenvolvem referida enfermidade (leucopenia), já reconhecida como doença profissional, incapacitando para o trabalho. Para levar a questão mais adiante, é consabido também que as empresas não aceitam mais empregados que carregam sequelas de doenças como a leucopenia. Na realidade, esses infaustos acontecimentos transcendem o direito individual e atingem em cheio uma série de interesses, cujos titulares não podemos identificar a todos desde logo. Contudo, inegavelmente, revela-se a preocupação que temos que ter com o bem-estar coletivo, e o dano no sentido mais abrangente que nele resulta chama imediatamente a atenção do Estado e dos setores organizados da sociedade de que o trabalhador tem direito a uma vida saudável e produtiva. Todas as irregularidades detectadas pela segura fiscalização federal do Ministério do Trabalho apontam flagrante desrespeito às leis de proteção ao trabalhador, colocando suas vidas e saúde em iminente risco, prejudicando seriamente o ambiente de trabalho. Partindo desse cuidado com a vida e a saúde dos trabalhadores, a multireferida Constituição Federal garantiu com solidez a proteção ao meio ambiente do trabalho, ao assegurar que (art. 200) “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Essa preocupação segue a tendência do ainda novo direito do trabalho fundado na moderna ética de Direito de que as questões concernentes ao seu meio ambiente ultrapassam a questão de saúde dos próprios trabalhadores, extrapolando para toda a sociedade. Assim, levando-se em conta a gravidade dos danos, pretéritos e atuais, causados ao meio ambiente do trabalho em toda a sua latitude, com suas repercussões negativas e já conhecidas à qualidade de vida e saúde dos trabalhadores e seus familiares, é de se reconhecer devida a indenização pleiteada pelo órgão ministerial, no importe de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), com correção monetária e juros de mora, ambos a partir da propositura da ação. Nem se alegue que referido valor representaria um risco ao bom e normal funcionamento da empresa, posto que corresponde apenas a 0,16% do lucro líquido havido em 2006, no importe de R\$ 2,5 bilhões e Ebitda de R\$ 4,4 bilhões, conforme informações extraídas do site oficial da própria Cosipa na internet. A atenção desta Justiça, indiscutivelmente, no presente caso, volta-se para o meio ambiente de trabalho, e referido valor arbitrado ao ofensor busca indenizar / reparar / restaurar e assegurar o meio ambiente sadio e equilibrado. Aliás, a Usiminas, após adquirir a Cosipa, passou por um processo de reestruturação e, no ano passado, o Grupo “Usiminas-

Cosipa” apresentou uma produção correspondente a 28,4% da produção total de aço bruto. Deve, por conseguinte, dada sua extrema importância no setor siderúrgico, assumir uma postura mais digna frente ao meio ambiente, bem como perante os trabalhadores que tornaram indigitado sucesso possível. Com efeito, deve haver a prioridade da pessoa humana sobre o capital, sob pena de se desestimular a promoção humana de todos os que trabalharam e colaboraram para a eficiência do sucesso empresarial. Considerando a condenação em dinheiro, bem como o disposto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (7.347/85), que dispõe que “Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados” [grifo nosso], torna-se necessário estabelecer a destinação da importância, tendo presente, primordialmente, que a finalidade social da indenização é a reconstituição dos bens lesados. Determino o envio da importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), 12,5%, ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), instituído pela Lei nº 7.998/90 e destinado ao custeio do programa de seguro-desemprego, ao pagamento do abono salarial (PIS) e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico) e R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), 87,5%, à ‘Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos’, objetivamente para a aquisição de equipamentos e/ou medicamentos destinados ao tratamento de pessoas portadoras de leucopenia, e, tendo presente também aqueles trabalhadores da reclamada (Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa), portadores da doença e seus familiares. Constituição Federal 13 Lei da Ação Civil Pública FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador 7.998 PIS (1042199925502005 SP 01042-1999-255-02-00-5, Relator: VALDIR FLORINDO, Data de Julgamento: 19/06/2007, 6ª TURMA, Data de Publicação: 06/07/2007).³⁵

Enfim, todas as formas de danos causados ao meio ambiente devem ser reparadas, e indenizadas. A população deve estar consciente quanto à preservação ambiental, para que não ocorra o dano, pois o meio ambiente é de uso comum.

3.2 FORMAS DE REPARAÇÃO

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 4º, inciso VII, dispõe sobre o dever de indenizar ou reparar os danos ao meio ambiente, e o artigo 14º, §1º, da mesma lei, completa e ressalta que “é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”.

Além dessa Lei, o artigo 225, §3º, da Constituição Federal também estabelece a obrigação de indenizar e reparar:

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

³⁵Disponível em:
<<http://www.trt2.gov.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

Édis Milarè³⁶, entre outros doutrinadores, destaca duas formas de reparar o dano ambiental. São elas: restauração natural ou retorno ao *status quo ante*, e indenização em dinheiro.

A restauração natural ou *in specie* é a recuperação, substituição ou recomposição do dano ambiental que nem sempre é satisfatória. Fica difícil retornar ao *status quo ante*. Milarè³⁷ fundamenta que deve ser utilizada uma forma de compensar o dano, reconstruindo todos os bens afetados.

A indenização em dinheiro tem forma pecuniária, e somente será aplicada quando forem esgotadas as chances de uma restauração natural, a fim de reparar o dano extrapatrimonial ambiental.³⁸ Para Morato Leite³⁹, é uma modalidade de indenização positiva, pois a sanção civil e a função de compensar são sempre eficazes.

Diante da decisão com condenação em dinheiro, por multa diária ou condenação final, essa indenização reverterá para um fundo administrado pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Estaduais, que, com a participação do Ministério Público e de representantes da comunidade, a destinarão para reconstituição de bens lesados, conforme previsto no artigo 13 da Lei 7.347/85.⁴⁰

A legislação deve ser rigorosa quanto às responsabilidades administrativa, penal e civil.

3.3 TIPOS DE RESPONSABILIDADE

A Constituição Federal, no artigo 225, §3º, admite três tipos de responsabilidade ambiental: administrativa, criminal e civil: “Art. 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O mesmo artigo dispõe também que essas modalidades de responsabilidade podem ser cumulativas, a fim de punir os poluidores que provocam danos ambientais.⁴¹

3.3.1 Responsabilidade administrativa

Para ocorrer uma infração administrativa, deve-se analisar o contido no *caput* do artigo 70 da Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções, condutas e atividades lesivas contra o meio ambiente: “Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”.

A responsabilidade administrativa impõe que os infratores causadores de dano ao meio ambiental estejam sujeitos a sanções administrativas que são exigidas por meio de órgãos vinculados aos entes estatais. União, Estados, Municípios, e Distrito Federal⁴² devem restringir, condicionar e sancionar, para que toda a coletividade

³⁶MILARÈ, 2007, p. 817.

³⁷MILARÈ, 2007, p. 817.

³⁸Ibid., p. 818.

³⁹MORATO LEITE, 2003, p. 212.

⁴⁰VENOSA, 2004, p. 188.

⁴¹FIORILLO, 2012, p. 138.

⁴²FIORILLO, 2012, p. 142-143.

usufrua da qualidade de vida e de seu direito de viver num ambiente ecologicamente equilibrado.⁴³

As sanções administrativas podem ser aplicadas por meio de multas, advertências, interdição de atividade, entre outras previstas no artigo 72 da Lei 9.605/98 de Crimes Ambientais.⁴⁴

Para aplicar as sanções administrativas citadas no artigo 72, há que se iniciar um processo administrativo punitivo, com a observância do contraditório e do devido processo legal, sob pena de nulidade por não estar em conformidade com o artigo 5º, LV, da Constituição Federal: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.⁴⁵

3.3.2 Responsabilidade penal

Será cabível a responsabilização penal quando o infrator pratica crime ou contravenção. Poderá ser punido em conformidade com o artigo 27 da Lei 6.905/98, tendo aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa. Segundo José Afonso da Silva⁴⁶, para diferenciar crime de contravenção basta que a lei defina a conduta como crime ou contravenção.

Há uma diferenciação no que diz respeito à pena de pessoa física e jurídica.⁴⁷ A pessoa física terá sua pena nos termos dos artigos 3º e 21 (Lei 9.609/98), na forma de multa, e restritiva de direitos, além da obrigação de prestação de serviços à comunidade nas formas aplicadas à pessoa jurídica. As penas de pessoas jurídicas estão previstas no artigo 22 da mesma Lei. São elas: i) suspensão parcial ou total das atividades; ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

3.3.3 Responsabilidade civil

Essa forma de responsabilidade está devidamente expressa no artigo 225, §3º da Constituição Federal. O causador do dano, independente se for pessoa física ou jurídica, deve reparar todo o dano que causou.⁴⁸ Já no artigo 14 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente está definido quem deverá ser responsabilizado civilmente.

4 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AO MEIO AMBIENTE

4.1 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

A palavra responsabilidade vem do latim *respondere*. Maria Helena Diniz⁴⁹ afirma: “responsável será aquele que responde e responsabilidade é a obrigação do responsável, ou melhor, o resultado da ação pela qual a pessoa age ante esse

⁴³SILVA, 2010, p. 305.

⁴⁴Ibid., p. 304.

⁴⁵PINHEIRO, Carla. **Direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 117.

⁴⁶SILVA, 2010, p. 308.

⁴⁷PINHEIRO, op. cit., p. 122.

⁴⁸SILVA, 2010, p. 315.

⁴⁹DINIZ, 2010, p. 33.

dever”. Consiste numa forma de reparação quanto à desordem moral ou patrimonial em desfavor de uma pessoa ou um patrimônio.

Tendo como base o Código Civil quanto à origem, a responsabilidade pode ocorrer de duas maneiras. A primeira, de forma contratual, é a violação de um dever previsto num contrato. A segunda, extracontratual, está fundamentada nos artigos 186 e 927 do CC, que narra sobre o ato ilícito e a obrigação de reparar.⁵⁰

Entre vários conceitos dados à responsabilidade, podemos chegar à conclusão de que nada mais é que a obrigação de reparar o dano causado a outrem, podendo ser subjetiva, por meio da culpa, ou objetiva, com a teoria do risco.⁵¹ A responsabilidade civil está expressa nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Classifica-se a responsabilidade como subjetiva ou objetiva. A subjetiva ocorre por intermédio de um ato ilícito (arts. 186 e 927 CC) que tem fundamento na culpa ou no dolo. O causador do dano terá o dever de reparar pelo fato de não ter evitado o dano.⁵² Maria Helena Diniz⁵³ define que culpa é “a violação de um dever jurídico, imputável a alguém em decorrência de um fato intencional ou de omissão”, e que dolo “é a violação do bem jurídico”.

O ato ilícito, que também possui relação com a culpa, é praticado culposamente e contra a norma jurídica. Deriva de uma conduta que o agente, por ação ou omissão, causa danos a outrem, lesando direitos pessoais ou reais, tendo como obrigação reparar e/ou indenizar o prejuízo.⁵⁴

Já na responsabilidade objetiva adota-se a teoria do risco, quando um ato ocorre de forma lícita, porém causando risco a outra pessoa. Está prevista no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, e quem sofre o dano deve apenas demonstrar o nexo de causalidade entre o dano e a ação.⁵⁵

4.2 RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE

Como forma de manter um ambiente ecologicamente equilibrado, origina-se a responsabilidade civil ambiental, para intimidar o causador do dano e fazer com que ele repare e/ou indenize. São inúmeras as ações que destroem a natureza, tais como crescimento de grandes cidades, avanços tecnológicos, que acabam com recursos naturais, destroem rios, lagos, mares, florestas etc.

⁵⁰MORATO LEITE, 2003, p. 118-119.

⁵¹DINIZ, op. cit., p. 34.

⁵²MORATO LEITE, op. cit., p. 118-124.

⁵³DINIZ, op. cit., p. 42.

⁵⁴DINIZ, 2010, p. 41.

⁵⁵Ibid., p. 55.

É dever de todos a responsabilidade pelo meio ambiente, sendo que o objetivo da indenização é a preservação da natureza, não devendo ser aplicada em favor de benefício particular, mas sim para restauração ambiental.⁵⁶

A responsabilidade civil ambiental tem fundamentação jurídica no artigo 225, §3º, da Constituição Federal, e também está expressa no artigo 14, §1º, da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente):

Art. 225 [...]

§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

§1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Maria Helena Diniz⁵⁷ divide a responsabilidade por poluição e atividades nucleares.

4.2.1 Responsabilidade civil por poluição

A autora adota o conceito de Antonio Chaves quando esclarece que a poluição tem haver com a degradação do ar, da água, do solo, acarretando prejuízos à sociedade assim como danos à flora e à fauna.⁵⁸ Pode-se dividir em espécies a responsabilidade por poluição: aquática, sonora, atmosférica e luminosa.

Poluição aquática é a consequência de todo resíduo lançado ao mar ou em lagos, proveniente de qualquer atividade, alterando suas funções vitais, como a genética dos organismos aquáticos. Já a *poluição sonora* caracteriza-se pelo excesso de ruído. Na *poluição atmosférica*, o ar é prejudicado pela emissão de gases poluentes, por meio de indústrias, veículos, entre outros. *Poluição luminosa* é provocada pelo brilho intenso de luzes artificiais.⁵⁹

Com todas essas espécies de poluição, existem consequências graves que ocasionam diversas alterações físicas, químicas ou biológicas no meio ambiente. Esses efeitos serão prejudiciais à saúde, à segurança e ao bem-estar do homem, à flora, à fauna e a outros recursos naturais, e também às atividades sociais e econômicas.⁶⁰

4.2.2 Responsabilidade civil nas atividades nucleares

⁵⁶VENOSA, 2004, p. 182.

⁵⁷DINIZ, 2010, p. 609.

⁵⁸Ibid., p. 610.

⁵⁹Ibid., p. 612-613.

⁶⁰Ibid., p. 614.

Como a atividade nuclear apresenta riscos que muitas vezes são irreversíveis, foi incorporada a responsabilidade por atividades nucleares. O conceito de atividade nuclear está relacionado com os princípios e as normas, com a gravidade dessa atividade, tendo como base a Lei 6.453/77, que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares, e dão outras providências.

Maria Hena Diniz⁶¹ cita os princípios da responsabilidade nuclear:

4.2.2.1 Princípio da canalização da responsabilidade

O princípio da canalização da responsabilidade de reparação do dano é do operado, devidamente autorizado pelos arts. 1º, I, e 4º.

4.2.2.2 Princípio da limitação da responsabilidade

O princípio da limitação da responsabilidade, a limitação temporal, define cláusula exonerativa como valor de indenização, conforme arts. 8º, 9º e 12, parágrafo único.

4.2.2.3 Princípio da responsabilidade do exercício da atividade nuclear

A exploração da atividade nuclear já torna o explorador responsável civilmente. Apenas pelo fato de realizar a atividade ele responderá conforme art. 4º.

4.2.2.4 Princípio da fundamentação do risco

Esse princípio expõe que a responsabilidade é objetiva e não se admitem excludentes (força maior, caso fortuito), salvo conforme o artigo 8º da Lei 6.6453/77, “resultante de acidente nuclear causado diretamente por conflito armado, hostilidades, guerra civil, insurreição ou excepcional fato da natureza”.

4.2.2.5 Princípio da obrigatoriedade de garantia prévia

Obriga que o explorador cubra todos os riscos, de acordo com o art. 13º: “O operador da instalação nuclear é obrigado a manter seguro ou outra garantia financeira que cubra a sua responsabilidade pelas indenizações por danos nucleares”.⁶²

4.2.2.6 Princípio da vinculação do Estado ao pagamento da indenização

Será o Estado que pagará a indenização, ou irá reparar o dano às vítimas quando houver acidente nuclear, segundo arts. 14 e 15.⁶³

Para que haja responsabilidade civil nuclear, conforme a Lei 6.453/77, é necessária a existência dos seguintes requisitos previstos nos artigos 1º, I, VIII, e 4º, que dizem respeito ao exercício ou à exploração autorizada da atividade produtora

⁶¹Ibid., p. 630-631.

⁶²DINIZ, 2010, p. 631.

⁶³DINIZ, 2010, p. 631.

do acidente nuclear, e o segundo requisito é sobre o dano nuclear, pessoal e material que está previsto no artigo 1º, VII.⁶⁴

Art. 1º [...]

I - "operador", a pessoa jurídica devidamente autorizada para operar instalação nuclear;

VII - "dano nuclear", o dano pessoal ou material produzido como resultado direto ou indireto das propriedades radioativas, da sua combinação com as propriedades tóxicas ou com outras características dos materiais nucleares, que se encontrem em instalação nuclear, ou dela procedentes ou a ela enviados;

VIII - "acidente nuclear", o fato ou sucessão de fatos da mesma origem, que cause dano nuclear;

Art. 4º - Será exclusiva do operador da instalação nuclear, nos termos desta Lei, independentemente da existência de culpa, a responsabilidade civil pela reparação de dano nuclear causado por acidente nuclear:

I - ocorrido na instalação nuclear;

II - provocado por material nuclear procedente de instalação nuclear, quando o acidente ocorrer:

a) antes que o operador da instalação nuclear a que se destina tenha assumido, por contrato escrito, a responsabilidade por acidentes nucleares causados pelo material;

b) na falta de contrato, antes que o operador da outra instalação nuclear haja assumido efetivamente o encargo do material;

III - provocado por material nuclear enviado à instalação nuclear, quando o acidente ocorrer:

a) depois que a responsabilidade por acidente provocado pelo material lhe houver sido transferida, por contrato escrito, pelo operador da outra instalação nuclear;

b) na falta de contrato, depois que o operador da instalação nuclear houver assumido efetivamente o encargo do material a ele enviado.

Para que ocorra a responsabilidade nuclear, é necessária uma simples demonstração de que o dano ocorreu decorrente de uma atividade nuclear.⁶⁵

Conforme expõe Maria Helena Diniz⁶⁶, não há excludentes quando se fala em responsabilidade nuclear, nem em casos fortuitos e força maior. Porém, em sua legislação própria (Lei 6.453/77) admitem-se as seguintes causas excludentes (Lei 6.453/77):

Art. 6º - Uma vez provado haver o dano resultado exclusivamente de culpa da vítima, o operador será exonerado, apenas em relação a ela, da obrigação de indenizar.

Art. 7º - O operador somente tem direito de regresso contra quem admitiu, por contrato escrito, o exercício desse direito, ou contra a pessoa física que, dolosamente, deu causa ao acidente.

Art. 8º - O operador não responde pela reparação do dano resultante de acidente nuclear causado diretamente por conflito armado, hostilidades, guerra civil, insurreição ou excepcional fato da natureza.

⁶⁴Ibid., p. 632.

⁶⁵DINIZ, loc. cit.

⁶⁶DINIZ, loc. cit.

Diante do exposto, a responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente procura coibir e obrigar aquele que de forma abusiva teve uma conduta desfavorável e prejudicial ao meio ambiente. Essa conduta ocasionada pelo poluidor não é de forma individual, pois prejudica toda coletividade, e por tal fato deve ser reprimida.⁶⁷

4.3 RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, apoiada na teoria do risco, em que não há necessidade de comprovar a culpa do agente. É preciso apenas a existência do dano e do nexo de causalidade para que ocorra reparação ou indenização.⁶⁸ A teoria do risco ocorre quando alguém que causa uma situação de risco ou perigo para outrem deve, a partir do resultado da ação, ser responsabilizado.⁶⁹

Quanto à teoria do risco, Maria Helena Diniz⁷⁰ explica que é a obrigação de ressarcir o dano causado pelo interesse e controle do agente, com base na relação entre o dano e a conduta.

O dano é um dos fatores essenciais para que ocorra a responsabilidade. É preciso ter a existência de um dano para que ocorra uma reparação/ressarcimento.⁷¹ Já o nexo causal, por sua vez, ocorre com a existência de uma causa e um efeito da atividade que ocasionou o dano, ou seja, entre a ação e o fato danoso.⁷²

Morato Leite⁷³ leciona a respeito da teoria objetiva da responsabilidade ambiental: “Tem como base a socialização do lucro ou do dano, considerando que aquele que obtém lucros e causa dano com uma atividade deve responder pelo risco ou pela desvantagem dela resultante”.

Na área ambiental utiliza-se a responsabilidade objetiva pelo risco e pela reparação integral. O risco criado ocorre por meio de atividade e agentes que agravam o dano ambiental. Já a reparação integral consiste na reparação total do dano.⁷⁴

A fundamentação legal da responsabilidade objetiva ambiental está prevista no artigo 14, §1º, da Lei 6.938/81, bem como no artigo 225, §3º, da Constituição Federal, impondo a reparação e apontando a responsabilidade por danos ambientais a qualquer pessoa física ou jurídica.

Assim sendo, o causador, seja ele qual for, independentemente de culpa, que causar dano ecológico, deverá ser responsabilizado a reparar o que por atividade danosa resultou.

⁶⁷VENOSA, 2004, p. 179.

⁶⁸DINIZ, 2010, p. 605.

⁶⁹MILARÈ, 2007, p. 896.

⁷⁰DINIZ, op. cit., p. 53.

⁷¹Ibid., p. 52.

⁷²MILARÈ, 2007, p. 902-903.

⁷³MORATO LEITE, 2003, p. 126.

⁷⁴Ibid., p. 129.

4.4 CLÁUSULAS EXCLUDENTES

Há certa discussão entre o que a doutrina e a jurisprudência admitem como excludentes, segundo relata Morato Leite.⁷⁵ Porém, deve ser utilizada o que a doutrina admite.

A doutrina não admite as cláusulas de excludentes casuais da responsabilidade, como caso fortuito, força maior, proveito de terceiros, ilicitude da atividade e culpa da vítima. Além disso, nem a Constituição nem a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente dispõem sobre qualquer forma de excludentes de responsabilidade⁷⁶, pois em questão ambiental deve-se chegar o mais próximo do *status quo ante*, que é pela reparação e composição.

Edis Milare⁷⁷ confirma que será o poluidor responsabilizado pelo risco das suas atividades, mesmo que o faça de maneira involuntária. O autor ainda coloca duas formas de cláusulas excludentes: i) quando o dano não existir; ii) quando o dano não guardar relação de causalidade com a atividade da qual emergiu o risco.

4.5 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

O artigo 3º, IV, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente considera como poluidor “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

Tendo como base esse artigo, é o poluidor que se torna responsável por modificar e degradar o meio ambiente. Quando existe apenas um foco emissor, facilita-se a identificação.⁷⁸

O poluidor será obrigado a reparar a atividade danosa que casou ao meio ambiente por meio de condenação de ação civil pública. Com a existência de mais poluidores, será responsabilizado um ou todos os envolvidos, tendo como base a regra da solidariedade. Cabe ação de regresso ao que arcar com o dano, em desfavor dos outros responsáveis, pela responsabilidade subjetiva, em que se permite analisar a responsabilidade de cada corresponsável.⁷⁹

O artigo 942 do Código Civil regulamenta a obrigação solidária: “Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação”.

O Estado também está vinculado à regra de responsabilização solidária, pois possui o dever de fiscalizar e impedir os danos.⁸⁰ Quando o dano é provocado pelo próprio Poder Público ou por meio de concessionária de serviço público, a responsabilidade do Estado será objetiva, conforme estabelecido pelo artigo 37, §6º, da Constituição Federal⁸¹:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios

⁷⁵Ibid., p. 199.

⁷⁶Ibid., p. 201.

⁷⁷MILARÊ, 2007, p. 907.

⁷⁸SILVA, 2010, p. 328.

⁷⁹MILARÊ, 2007, p. 908.

⁸⁰Ibid., p. 909.

⁸¹SILVA, op. cit., p. 318.

de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Dessa forma, cabe ao Estado responder pelos danos ambientais que por desleixo deixou de coibir os verdadeiros responsáveis. Pela regra da solidariedade, por danos causados por terceiros, a sociedade paga pela indenização, e o Estado somente será acionado quando ele for causador direto do dano ocorrido, pois deve ser responsável aquele que obtém lucro de uma atividade, conforme explica Édis Milare.⁸²

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o meio ambiente é uma preocupação de todos os países, com o objetivo de proteger e conscientizar sobre a degradação e escassez dos recursos naturais. Proteger o ambiente garantirá a qualidade de vida das presentes e futuras gerações, por isso torna-se um direito difuso.

Quanto ao conceito de meio ambiente, vários doutrinadores atribuem diferentes significados, porém todos correspondem com o que está previsto no artigo 3º da Lei 9.939/81, que é conjunto natural, artificial e cultural, tendo o intuito de proteger a vida de todas as espécies.

Para a proteção de todos os seres vivos, surgiram os princípios ambientais do desenvolvimento sustentável, do poluidor-pagador, da participação, da prevenção, da precaução e, por fim, o princípio da responsabilidade. Todos apresentados pela Constituição Federal, mais precisamente no artigo 225, como um direito fundamental, pois todos possuem o direito de viver num ambiente ecologicamente equilibrado.

O Brasil, com a finalidade de proteger e preservar o meio ambiente, criou normas específicas para o direito ambiental, e teve grande evolução em relação à responsabilidade civil ambiental.

Antes a responsabilidade civil ambiental era subjetiva, e deveria ser comprovada a culpa do poluidor, mas, pelo fato de não haver ressarcimento dos danos ambientais e por falta de provas, a responsabilidade com base na culpa deixou de existir e agora a responsabilidade civil ambiental é objetiva, sendo necessários apenas o dano e o nexo de causal.

O dano ambiental é um dos fatores que traz cada vez mais prejuízos à sociedade – danos patrimoniais, morais e à saúde. Por esse motivo, responsabiliza-se qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de culpa, a recuperar, retornando ao *statu quo ante*, e indenizar de forma pecuniária.

Nesse contexto, o Poder Público e toda a sociedade possuem o dever de preservar e recuperar o meio ambiente, de modo a garantir a qualidade de vida e evitar a extinção de todas as espécies.

⁸²MILARÊ, 2007, p. 910.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriel Gino; SERAFINIA, Leonardo Zagonel. **Direito, política e meio ambiente**. v. VII. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, 2006.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **Direito constitucional e meio ambiente**. São Paulo: Revista dos Advogados, 1992.

BRASIL. Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977. Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 out. 1977

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 1998.

_____. Lei 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro** – responsabilidade civil. 24. ed. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORATO LEITE, José Rubens. **Dano ambiental**: do individual ao coletivo, extrapatrimonial. 2. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MILARÊ, Édís. **Direito do ambiente**. Doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007.

PINHEIRO, Carla. **Direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 8. ed. São Paulo: Medeiros Edição, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>

<<http://www.trt2.gov.br/>>